

Renováveis: Ambiente de negócios em Cabo Verde “é razoável, apesar de algumas barreiras” - inquérito

14 Outubro 2015



Cidade da Praia, 14 Out (Inforpress) - O ambiente de negócios na área das energias renováveis em Cabo Verde “é razoável, apesar de algumas barreiras”, de acordo com o inquérito realizado pela Associação Lusófona de Energias Renováveis (ALER) e apresentado hoje na cidade da Praia.

Num universo de 39 entidades públicas e privadas e 23 empresas que responderam ao inquérito, 65 por cento (%) disse que o

ambiente de negócios é razoável, 13% afirmou que é bom, 17,4 considerou que é mau, 4,3% achou que é muito mau e ninguém diz que é muito bom, revelou a directora executiva da ALER, Isabel Cancela de Abreu.

“Ainda estamos numa tendência mais negativa do que positiva”, afirmou Isabel Cancela de Abreu, indicando que, apesar desta constatação, as empresas consideraram que o ambiente de negócios melhorou nos últimos cinco anos.

Cerca de 74% dos inquiridos acredita também que o ambiente de negócio na área das energias renováveis em Cabo Verde vai melhorar no futuro. “Há uma clara confiança no futuro”, salientou Isabel Cancela de Abreu.

O inquérito diz igualmente que em termos de categorias, o enquadramento regulatório do sector energético é a que tem “barreiras mais severas”, seguido do financiamento.

Em termos de “barreiras isoladas”, o poder de compra dos consumidores finais é a mais relevante, seguidas do regulamento de acesso às redes eléctricas para injectar a energia produzida por um produtor independente e da política fiscal e aduaneira.

Apesar de existir uma legislação que estabelece as disposições relativas à promoção, ao incentivo e ao acesso, licenciamento e exploração inerentes ao exercício da actividade de produção independente e de auto-produção de energia eléctrica, com base em fontes de energia renováveis, o inquérito diz que ainda não estão criadas as condições para a sua implementação.

Sobre a política fiscal e aduaneira, o estudo referiu que apesar de supostamente existirem benefícios para as empresas do sector das energias renováveis, através de isenções, na realidade isso não acontece porque há diferentes interpretações.

Sendo assim, o inquérito aconselha “clarificação sobre a política fiscal e aduaneira porque o que deveria ser um benefício está a ser uma barreira”.

Em relação ao grau de conhecimento do Plano Nacional de Acção Para as Energias Renováveis (PNAER), os inquiridos consideraram que este instrumento “não é tão bom quanto desejável”, mas concordaram que é “bom e útil” e que vai permitir melhorar todas as categorias.

Para as empresas cabo-verdianas não é claro também que participaram na definição do PNAER e que este instrumento defende os seus interesses. Ainda assim acham, que o Plano cria condições para a sua participação.

As empresas inquiridas têm “uma atitude positiva em relação às metas e medidas constantes no PNAER, mesmo que não seja totalmente claro que foram identificadas as medidas que permitem ultrapassar as barreiras no sector”, sublinhou Isabel de Abreu.

Na avaliação do associativismo nas energias renováveis, a maioria das empresas consideraram que o sector privado

não está organizado e que os interesses não chegam, nem são tidos em consideração pelos decisores políticos.

A maioria das empresas afirmou que não há um mecanismo de concertação e partilha e que há necessidade de criar uma entidade que defenda o seu interesse.

As empresas inquiridas consideraram que “a criação do ALER foi útil” mas defenderam a necessidade de criar uma associação nacional para o sector das energias renováveis em Cabo Verde.

A ALER é uma associação que tem como missão a promoção das energias renováveis nos países lusófonos e entre outras funções, a criação de oportunidades de negócio através do apoio ao sector privado e atracção de investimento e financiamento.

JL/CP

Inforpress/Fim